

Ficha de processo

Práticas anticoncorrenciais

Refª. do processo	PRC/2007/2
Entidades visadas	<ul style="list-style-type: none">•• Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.• ICA - Indústria e Comércio Alimentar, SA.• Sodexo Portugal - Restauração e Serviços, SA• TRIVALOR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA• Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA
Pessoas singulares visadas no processo	Sim
Setor	<ul style="list-style-type: none">• Comércio e serviços• Contratação Pública• Distribuição e Alimentar
CAE	
Prática investigada	<ul style="list-style-type: none">• Acordo Horizontal• Acordo Horizontal
Disposições legais	Nacional-Lei 18/2003-Art. 4.º
Origem do processo	Clemência
Buscas	Sim

Articulação com entidades reguladoras setoriais	
Estado do processo	Fechado
Sentido da decisão da AdC	Condenatória
Transação	
Sanção aplicada pela AdC	<ul style="list-style-type: none"> • Eures (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda. - €5,207,746.61 • ICA - Indústria e Comércio Alimentar, SA. - €634,387.87 • Pessoa(s) singular(es) - €21,000.00 • Sodexo Portugal - Restauração e Serviços, SA - €357,337.76 • TRIVALOR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA - €6,778,686.20 • Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA - €1,742,124.83
	<p>Primeiro caso da AdC instaurado com base em requerimento de clemência, e primeiro caso onde são acusados, juntamente com as empresas, membros dos órgãos sociais nos termos do art. 47.º/2 da Lei n.º 18/2003.</p> <p>O presente processo contra-ordenacional, aberto pelo Conselho da AdC em 2.02.2007, teve origem na notícia de infracção trazida ao conhecimento dos serviços da AdC pelo requerimento apresentado, nos termos e para os efeitos do regime de dispensa ou atenuação especial de cohnha previsto na Lei n.º 39/2006, de 25 de Agosto (doravante, "requerimento de clemência"), bem como, por declarações complementares, ao abrigo dos deveres de colaboração com a AdC previstos em tal regime legal, pelo Senhor Manuel Maria Sá Coutinho de Lancastre, Diretor Geral da Eures, requerente e arguido, que comunicou à AdC que as empresas e pessoas singulares arguidas (Eures, Trivalor, Uniself, ICA, Sodexo, Cecilia M. Andrade G. Silva (Sodexo), Manuel</p>

Resumo do processo

António Ribeiro Sevinate de Sousa, Mateus da Silva Alves, Carlos Alberto dos Santos Martins Moura e José Luis Silvestre Cordeiro) haviam acordado a fixação de preços e quotas de mercado no mercado da prestação de serviços de fornecimento de refeições, nos sectores hospitalar, escolar, prisional, indústria e serviços. Em 31.07.2012 a AdC proferiu Decisão Condenatória por infração ao artigo 4.º da Lei 18/2003. Em 31.07.2012 foi proferida Decisão condenatória por se provar a prática de que vinham sendo acusados nomeadamente a infração ao disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 18/2003. Na sequência da referida decisão condenatória, o TCL, em 12 de outubro de 2010, ordenou a realização de diligências complementares de prova requeridas pelo argida Trivalor. Em 24.12.2009 a AdC proferiu uma nova Decisão Condenatória por infração ao artigo 4.º da Lei 18/2003. As empresas condenadas e as coimas aplicadas são: EUREST (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda., em coima no valor de 5.207.746,61 milhões de euros; TRIVALOR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A (que detém as empresas Gertal e Itau), em coima no valor de 6.778.686,20 milhões de euros; UNISELF - Gestão e Exploração de Restaurantes de Empresas, S.A., em coima no valor de 1.742.124,83 milhões de euros; e ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A. / NORDIGAL - Indústria de Transformação Alimentar, S.A., em coima no valor de 634.387,87 mil euros.

A Autoridade da Concorrência condenou também cinco membros dos órgãos de administração das empresas em causa, nos termos do artigo 47.º, n.º 3, da Lei n.º 18/2003, por terem conhecimento das práticas restritivas da concorrência e se absterem de as impedir, tendo aplicado coimas no valor total de 20.000,00 mil euros a administradores e/ou gerentes da Sodexo, da ICA/Nordigal, da Uniself, da Itau e da Gertal. O denunciante, um ex-administrador de uma das empresas arguidas, foi dispensado do pagamento de coima.

Cronologia do processo

2013-07-22

Comunicado - Restauração Coletiva: Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão mantém condenação por intercâmbio de informações entre as empresas

2012-07-31

[Decisão do Conselho da Autoridade da Concorrência](#)

2011-10-28	Comunicado - AdC condena cinco empresas de restauração colectiva
2008-09-01	Nota de Illicitude - -
2007-02-02	Abertura de Inquérito - -

Cronologia da fase judicial - Recursos interlocutórios

2014-10-14	Tribunal Constitucional	IDI/2012/1
Autos de recurso n.º 598/2014		
2014-07-09	Tribunal Constitucional	IDI/2012/1
Autos de recurso n.º 598/2014		
2014-03-13	Tribunal da Relação de Lisboa	IDI/2012/1
44/12.0YUSTR.E2.L		
2010-09-29	Tribunal da Relação de Lisboa	IDI/2009/15
636/09.4TYLSB-A.L1		
2010-01-04	Tribunal do Comércio de Lisboa	IDI/2009/15
636/09.4TYLSB		
2009-07-28	Tribunal do Comércio de Lisboa	IDI/2009/16
648/09.8TYLSB		

Cronologia da fase judicial - Recurso da decisão final

2015-03-11	Tribunal da Relação de Lisboa	IDF/2012/22
88/12.1YUSTR.L1		
2013-07-19	Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	IDF/2012/22
88/12.1YUSTR		
2012-04-11	Tribunal da Relação de Lisboa	IDF/2010/10
262/10.5TYLSB.L1		
2010-12-10	Tribunal do Comércio de Lisboa	IDF/2010/10
262/10.5TYLSB		